

O Golpe COVID

Autor: Angelo Codevilla[1]

O povo americano, levado ao pânico pelos temores fabricados pela classe dominante, consentiu ser trancado em prisão domiciliar até segunda ordem, suspendendo hábitos, opções e liberdades que definiam o nosso modo de vida. Boa parte dos americanos sofreu economicamente. Foi o fim de carreira para muitos daqueles que não têm estabilidade; ficaram reduzidos à penúria. Aumentou a tensão social e multiplicaram-se os suicídios. O adiamento forçado de toda espécie de cuidados médicos impõe, por certo, aflições e mortes desnecessárias. Ou seja, as anormalidades financeiras e médicas causadas pelo confinamento produzem mais mortes e misérias do que o próprio vírus COVID-19. Várias vezes mais.

Péssimos juízos e usurpações – a fraude, não os germes – definem o tamanho deste desastre. O efeito devastador do COVID-19 no corpo político dos EUA é análogo ao que as doenças fazem com pessoas que já enveredaram pela ladeira escorregadia da morte por causa da idade (*senectus ipsa est morbus[2]*) e das múltiplas debilidades e degradações.

Fora do pequeno círculo daqueles que adquiriram (e ainda estão adquirindo) mais poder e riqueza com o pânico, os americanos se perguntam o que terá de acontecer para acabar com este escândalo – e não para modificá-lo através de algum “novo normal” decidido por sabe-se lá quem e sabe-se lá com que autoridade. É evidente que não há nenhuma autoridade querendo liderar os que desejam pôr um fim nisto, e portanto os americanos também se perguntam quem pode ficar à frente desta causa. O que segue são sugestões de respostas.

Aquilo que a história registrará como a grande fraude do COVID de 2020 se baseia no seguinte: 1) um conjunto de afirmativas falsas e infundadas – quase sempre mentiras, pura e simplesmente – sobre o coronavírus e os seus efeitos; 2) a geração e a manutenção de medo físico através do monopólio das comunicações, a fim de impedir questionamentos à classe dominante liderada pelo partido democrata; 3) oposição omissa da parte dos republicanos, confirmando assim seu status de sócio minoritário da classe dominante. Nenhuma omissão tem sido maior do que aquela das igrejas cristãs – supostamente os guardiães da verdade na sociedade.

Verdade

Se a ocultação, os pretextos e as mentiras relacionados ao COVID-19 são os agentes efetivos do pânico e da tomada arbitrária de poder, então verdade e clareza a respeito do assunto são os requisitos fundamentais para escapar dos seus efeitos. Eis uma dose delas.

A partir do início de março de 2020, as autoridades mais conhecidas na área de epidemias – a OMS e o Centro de Controle de Doenças (CDC, na sigla em inglês) – apresentaram ao mundo ocidental o COVID-19 como uma doença respiratória com risco similar ao da peste

negra. Mas a experiência da China, que o seu próprio governo ocultou, já tinha mostrado que o vírus COVID-19 se parece muito menos com a peste e muito mais com a gripe. *Tudo o que aconteceu a partir daí decorreu da falsificação desta verdade básica.*

Os nossos “mais brilhantes”, tendo a princípio (entre janeiro e fevereiro, enquanto a doença se propagava da China para o ocidente) minimizado os temores de contágio de pessoa para pessoa, declararam então que o vírus é altamente contagioso, e postularam – *com base factual zero* – que ele mataria uma em cada vinte pessoas infectadas, ou seja, uma taxa de letalidade de 5%. Baseado nesta taxa imaginária, usaram modelos matemáticos da Inglaterra e da Universidade de Washington que previam que o vírus mataria dois milhões de americanos.

O Instituto Americano de Estatísticas em Saúde (IHME, na sigla em inglês) modelou as previsões oficiais sobre as quais se apoiaram os confinamentos. Este modelo também previu as mortes por COVID para a Suécia, que não teve confinamento. Em 3 de maio, eles escreveram que a Suécia teria 2800 mortes diárias até o dia 14 de maio. Na realidade foram menos de 40. Exagerar essa mentira, quer por inconseqüência, quer de propósito, foi o mesmo que gritar “fogo!” num cinema lotado. Que justificativa há para dar ouvidos a pessoas que fazem esse tipo de ciência, e ainda pagá-las?

Estabelecer a verdadeira letalidade de uma doença infecciosa é procedimento direto e simples: testa-se uma amostra grande da população, representativa das várias regiões, idades, sexos, raças e categorias socioeconômicas. Volta-se aos mesmos indivíduos um mês mais tarde para tabular a taxa de infecções e ter os resultados. Ponto. Ainda hoje não temos este conhecimento *direto, definitivo* da verdadeira letalidade do COVID, porque os burocratas impediram que fossem feitos testes em larga escala com o fim de estabelecer, com firmeza, o número que mais interessa. Porque a ausência desse número é o que lhes permite manter o alarmismo.

O Centro de Controle de Doenças, em maio, então profissionalmente desacreditado (embora – ó, vida! – não na grande mídia), foi forçado a [concluir](#) que a taxa de letalidade estava longe dos 5% e mais próxima dos 0,26%. O dobro de uma gripe comum. O CDC só conseguiu manter a estimativa assim tão elevada através da inclusão de um número baixo e irreal para as infecções assintomáticas – sem contar os números inflados para as mortes. Mas o governo americano, em vez de revisar as recomendações diante da realidade, tentou escondê-la brincando de jogo dos copos com a definição e o número dos “casos” de COVID.

Durante os meses de março e abril, as autoridades definiram como “casos” pessoas com positivo no teste e suficientemente doentes a ponto de serem hospitalizadas. Quem dividiu o número informado de mortes (número inchado pela diretoria do CDC que mandava contar as mortes por outras causas como sendo devidas ao COVID) pelo número de casos assim definidos ficou inevitavelmente com medo e disposto a acatar “as melhores recomendações” – isto é, confinamento social – para se manter protegido. Isso, por si só, acabou sendo desastroso. Na época eles definiram o número desses “casos” como a tal “curva” que deveríamos “achatar” com demasiados sacrifícios, pois do contrário a onda de hospitalizações sobrecarregaria o nosso sistema de saúde. Como as premissas estavam

erradas, a onda jamais chegou.

Em maio, em vez disso, enquanto várias pesquisas não oficiais eram publicadas mostrando que a maioria dos positivos para COVID [mal sabiam](#) (ou nem faziam idéia) que estavam infectados, essas mesmas autoridades redobram a própria desonestidade. Começaram a rotular meras infecções como “casos”. Separaram da notificação desses “casos” a notificação do número de mortes, e alertaram o desatento público sobre “picos de casos de COVID” como se as infecções trouxessem um grave perigo. Também promoveram, em larga escala, testes de pessoas completamente assintomáticas, à procura de infecções atuais e antigas; era garantido que os resultados de tais testes produziriam um surto de novos “casos” assim definidos.

E brincaram com o número de mortes, atribuindo ao COVID qualquer coisa que o “envolvesse” ou parecesse envolvê-lo. Depois incluíram pneumonia, influenza e COVID numa categoria chamada PIC. Foi assim que o número de mortes passou dos 100 mil. Porque se o CDC tivesse usado o mesmo critério que usou com o vírus SARS, ou seja, uma “síndrome de deficiência respiratória aguda grave,” o número ao final de junho teria ficado perto dos 16 mil.

Essas manobras descaradas só tiveram sucesso porque a mídia participou do conchavo. No dia 27 de maio, a chamada principal do *New York Times* vinha [retumbante](#) e fatídica: “A Califórnia é o quarto estado com mais de 100 mil casos confirmados.” Ao mesmo tempo, o número de mortes *atribuídos* ao COVID continuava a cair para patamares cada vez mais baixos. Em 1º de julho, mesmo usando os números inchados do CDC para mortes causadas por COVID, a taxa de letalidade por COVID-19 para pessoas com menos de 70 anos era 0,04%. Como é que trombetear o perigo está de acordo com a diminuição dos relatos de mortes que de alguma maneira podiam estar relacionadas a ele? Em vez de fazer esta pergunta, a classe governante se agitou para impedir o retorno à vida normal. Tenha medo, tenha muito medo. Cara, a Casa ganha; coroa, você perde.

Outro indício irrefutável, mesmo que indireto, de que o COVID não é peste nenhuma vem da comparação entre o número de mortes atribuídas ao COVID-19 durante um período qualquer e o número total (por qualquer causa) de mortes no mesmo período – apesar do inchaço dos números oficiais atribuídos ao vírus.

Os [cálculos](#) para a Grã-Bretanha, feitos pelo Imperial College, em Londres, quando destacados pela idade do morto, mostram que as chances de morrer por COVID-19 acompanham de perto as chances de morrer por qualquer coisa em cada faixa etária, exceto para os muito jovens. Para os homens, as chances de morte coincidente com o vírus não passam de 1%, *que é a taxa de mortalidade média, até os 70 anos. Para as mulheres, não ultrapassam a taxa de mortalidade média até perto dos 90 anos. Na Espanha, a taxa de mortalidade para pessoas infectadas e com mais de 90 anos é 10%.*

A conta do “excesso de mortes” mostra algo semelhante. Durante o pico de seis semanas do COVID em 2020, as mortes nos EUA ultrapassaram em 82 mil as mortes durante o mesmo período em 2019. Considerando que, ao mesmo tempo, a temporada de gripe de 2020 foi

uma das piores da história (normalmente a gripe é responsável por mais ou menos 50 mil mortes na temporada); considerando que o CDC ordenou a fusão dos números do COVID com outros, a pandemia COVID-19 por si só não significou muito – exceto na cidade de Nova Iorque, por motivos ainda meio obscuros. *Na semana de 20 de junho, o CDC relatou um excesso de mortes igual a ZERO – ou seja, o número de mortes semanais estava dentro da curva normal de longo prazo para aquela época do ano.*

Não por acaso, em 1957 cerca de 116 mil americanos (numa população que era 2/3 da atual) morreram de gripe. Dez anos depois, a conta foi de 100 mil. Em 2019 foi de 61 mil. Em junho de 2020 a conta (inchada) de COVID-19 estava em 100 mil.

Para resumir, o COVID-19 não é a peste americana. Não abalou a América. A classe governante foi quem abalou-a. E não o fizeram por ignorância ou engano. Fizeram para chantagear o público em geral e obrigá-lo a seguir suas intenções. Quando alegam falar em nome da “ciência”, é para evitar que sejam responsabilizados pelos gigantescos danos que estão causando. E continuam a fazê-lo porque querem se agarrar ao poder que o pânico lhes proporcionou.

Aliás: sempre que você ouve alguém falando em nome da ciência, se referindo a autoridades em vez de fatos e lógica, é certeza que essa pessoa é uma fraude.

Falsidade

Pela falsidade se extorquiram os confinamentos, que causaram mortes e arruinaram vidas.

Os “confinamentos” da população em geral precisaram se basear na premissa de que todos são, senão igualmente vulneráveis, pelo menos igualmente responsáveis, e portanto todo mundo tem que ficar engaiolado para colaborar com a segurança de todos. Porém, sendo cada uma dessas palavras contrária à realidade, falsa, uma mentira, aplicar a força dos confinamentos à sociedade provocou mortes e sofrimentos desnecessários.

Como preliminar aos efeitos específicos dos confinamentos, temos de esclarecer o que se pode e o que não se pode obter separando as pessoas infectadas (ou possivelmente infectadas) das pessoas supostamente não infectadas. Isto já é sabido desde a Idade Média por qualquer um que deseje saber, e repetido até no humilde guia de estudo de 1956 que os escoteiros usam para conquistar a medalha de honra em saúde pública: *a proteção dos não infectados através da limitação de contato com aqueles possivelmente infectados depende de saber se as pessoas a serem protegidas não estão realmente infectadas.*

Os venezianos medievais, para se certificarem de que ninguém viesse de lugares infectados pela peste, introduzindo-a na cidade, impediam por quarenta dias (quarentena) o desembarque de navios procedentes de tais lugares. Do mesmo modo, só é eficaz achar com rapidez os poucos contaminados entre os muitos não contaminados, e removê-los (junto com aqueles que entraram em contato com eles) com rapidez maior ainda (chamado hoje de rastreamento), se o grosso da população ainda está intacta.

Porém, depois que uma doença contagiosa já se espalhou pela população, quarentenas e medidas relacionadas são, no melhor caso, um desperdício. A higiene pessoal e a diminuição do contato (conhecida agora como distanciamento social) continuam naturalmente importantes para reduzir, de certo modo, as chances de contaminação de um indivíduo qualquer – talvez até atrasar a exposição enquanto a doença segue o seu curso. Mas depois que o contágio já se arraigou numa população, essas medidas não fazem diferença alguma para a saúde do público em geral. A doença seguir o seu curso significa, em parte, que um número suficiente de pessoas já foi infectado e portanto adquiriu imunidade, deixando assim de transmiti-la aos outros (imunidade de rebanho).

Foi assim que as comunidades humanas conviveram com incontáveis epidemias ao longo da história. Vimos isto mais uma vez nos exemplos da Suécia e de alguns estados americanos (Dakota do Sul e Arkansas), que em nenhum momento fizeram confinamentos. Quando o COVID-19 chegou na Alemanha, Angela Merkel disse que cerca de 70% dos alemães seriam infectados, fizessem o que quisessem. E pronto.

O isolamento faz a maior diferença, porém, para sub-categorias da população especialmente vulneráveis à doença. A peste negra matava por igual, assim como a varíola. O COVID-19, entretanto, parece discriminar bastante. Sim, todas as doenças são mais nocivas aos já debilitados. Mas esta aqui parece sê-lo num grau maior do que as outras.

Na Itália, [99,1%](#) dos que morreram com COVID-19 ou por causa dele também tinham outras doenças. Mas este vírus tem obviamente uma predileção especial por aqueles com diabetes tipo 2, pressão alta, pulmões comprometidos e, acima de tudo, por aqueles bem idosos – a ponto de haver uma [pergunta](#) no estudo do Ministério do Interior alemão: faz sentido atribuir alguma causa às mortes de pessoas cujos corpos já estavam mesmo em processo de desligamento? Em contraste com isto, o efeito do COVID-19 em pessoas saudáveis é consideravelmente mais leve do que aquele gerado por doenças respiratórias comuns. Que sentido poderia haver, então, no isolamento feito no contexto do COVID-19?

Fez algum sentido no contexto das suposições/desculpas/convicções (tragicamente erradas) da classe dirigente dos EUA: de que o COVID-19 é tão contagioso e tão parecido com a peste em sua letalidade para a população em geral que uma onda de pacientes gravemente doentes e moribundos iria inundar os hospitais americanos a menos que seu curso natural fosse desacelerado. Por isto é que todas as salas médicas tiveram de encerrar qualquer outra atividade, hospitais de emergência tiveram de ser construídos nos parques, e navios-hospitais da Marinha tiveram de ser convocados.

Como já vimos, jamais houve sequer um mínimo de evidência de que o vírus COVID-19 pudesse causar mortes em massa. Desde a primeira, todas as evidências apontaram para o contrário. Mesmo em Nova Iorque, onde o governador Cuomo exagerou no pânico, os hospitais no parque e o navio-hospital da Marinha ficaram praticamente vazios.

Mas o apego da classe dominante às suas suposições/desculpas/convicções atropelou a verdade patente de que os velhinhos e enfermos deveriam ficar isolados do contato com

pessoas possivelmente contaminadas com o vírus e o resto da população deveria seguir a vida normal.

As autoridades americanas, os “especialistas” e a classe dirigente escolheram fazer exatamente o contrário. “Confinaram” a população em geral que praticamente não corre risco algum, atrasando assim a propagação do vírus a pessoas às quais ele não poderia causar dano e que contribuiriam para a imunidade de rebanho. Manter milhões de pessoas dentro de casa também piorou a saúde delas. Impedir as pessoas de interagir e de trabalhar normalmente arruinou a vida econômica e social.

Pior ainda: essas autoridades, esses especialistas, transferiram para [asilos](#) os velinhos sabidamente infectados pelo vírus. No Michigan, as autoridades designaram para um asilo um assistente sabidamente infectado pelo vírus. Resultado: as mortes (ainda não totalmente computadas) nestes institutos, que abrigam cerca de 1,3 milhões de pessoas (0,39% da população) correspondem a quase metade do total de mortes nos EUA. O que aconteceu foi isto, uma perversidade. Merece castigo.

E merece duplamente, pela crueldade com que foi feito. Enquanto portadores do vírus e pessoas não examinadas eram postas pra dentro; enquanto o contágio se espalhava furiosamente, os internos debilitados e impotentes eram impedidos de receber visitas dos familiares. Estes, quase todos não contaminados, não representariam risco algum. Se as famílias tivessem podido visitar, talvez tivessem ficado cientes do que estava acontecendo. Do jeito que aconteceu, ficaram impotentes para salvar esses inocentes que, sem defensores, foram com efeito condenados. Uma enfermeira nova-iorquina foi demitida por levantar objeções. Triplamente perverso, porque algumas das autoridades responsáveis – a secretária de saúde da Pensilvânia, por exemplo – [sabiam](#) o que estavam fazendo, pelo menos o suficiente para afastar seus próprios parentes do perigo.

Outros, como o governador Andrew Cuomo de Nova Iorque, que tirou dos hospitais 4.500 pacientes infectados por COVID e [mandou-os](#) para asilos, se esquivando da responsabilidade por mais de 5 mil mortes com as palavras “as pessoas morrem”, jogaram depois a culpa no que se pode considerar legitimamente como a política nacional. Ele citou a orientação do Centro de Controle de Doenças (CDC): “Os asilos têm de acolher quaisquer indivíduos provenientes de hospitais onde o COVID está presente.” Tanto o confinamento das pessoas comuns quanto a transferência de portadores de COVID para os asilos, explicou Cuomo, seguiram as recomendações do CDC. Cuomo não se opôs às recomendações. Estava ocupado tentando marcar pontos políticos em cima de Donald Trump.

Em maio, o Dr. Anthony Fauci, médico mais influente na equipe federal do COVID, explicou em rede nacional o confinamento geral e contraproducente das pessoas saudáveis. Anteriormente ele tinha dito que os confinamentos eram necessários para evitar a sobrecarga dos hospitais. Já que isto tinha se provado ser um erro grosseiro dele como epidemiologista, agora ele dizia que ampliar os confinamentos era necessário para evitar que tantas pessoas jovens e aparentemente saudáveis acabassem infectando os idosos e enfermos.

Mas não há nenhuma evidência de que as pessoas aparentemente saudáveis (isto é: contaminados mas assintomáticos) infectem os outros com COVID-19. A [evidência](#) é que apenas as pessoas sintomáticas (com tosse e coriza) o fazem, e mesmo assim não pelo contato casual. Mais ainda: se a separação dos que sabidamente propagam fosse a intenção real de Fauci, então por que o CDC tinha mandado que os portadores conhecidos de COVID fossem transferidos para os asilos? No mínimo o homem que dirigia a equipe do COVID o fazia de maneira negligente, causando a morte de pessoas. Também ele tinha outras coisas na cabeça – coisas políticas.

Do mesmo modo, os governadores de Nova Iorque, Michigan, Illinois, Califórnia, Oregon e Washington tinham ordenado que os cidadãos ficassem em casa – que sempre foi (e mais uma vez se provou ser) o ambiente ideal para a transmissão de vírus respiratórios. O governador de Illinois criminalizou a presença de mais de dois indivíduos num mesmo barco. Os californianos foram presos por caminhar na praia, e o prefeito da cidade de Nova Iorque ameaçou arrancar os banhistas do mar. Tudo em nome da ciência. Uma busca online não retorna nenhuma ciência que mostre algum vírus prosperando no ar fresco e ao sol, e muito menos em água salgada. O prefeito de Los Angeles ordenou que a população usasse máscara o tempo todo na rua, embora não haja evidência alguma de que o vírus se propague por proximidade ocasional em lugar nenhum, especialmente ao ar livre.

Em julho, Anthony Fauci afirmou que as máscaras eram necessárias. Mas em março o mesmo Fauci tinha [dito](#) que elas faziam mais mal do que bem – igualmente sem a mais mínima prova científica. A secretaria de saúde de Los Angeles – isto é surreal – [especificou](#) que as pessoas deviam lavar as mãos depois de cobrir o rosto com máscaras não lavadas, e se abster de tocar o rosto – exceto para cobri-lo com as máscaras que supostamente deixavam as mãos sujas! Alguém viu a ciência por aí? Fauci também orientou os governadores a permitirem que as pessoas se congregassem às centenas no Walmart e no Costco, mas a proibirem a mesma coisa em igrejas. Esta fonte de ciência também deu seu imprimatur para o sexo com estranhos, mas aconselhou que os cristãos se abstivessem da Comunhão. Íntima demais. Quanto de credulidade partidária é preciso para acreditar em tudo isto?

Também se pode perguntar o quanto de credulidade partidária é preciso para levar a sério personagens como os governadores de Nova Iorque, Michigan e Califórnia, e os prefeitos de Chicago e Los Angeles, que desdenham pessoalmente os regulamentos que tentam impor aos outros. Restrições para vós mas não para mim!

A resposta, na verdade, se encontra na intensidade da solidariedade ao partido político ou à classe política. Os governadores que impuseram, mantêm e racionalizam os confinamentos são todos (menos um, o de Ohio) democratas. As suas suposições/desculpas/convicções contrárias aos fatos, suas distorções, suas falsidades e mentiras descaradas, tudo tem a ver com o esforço da sua classe social para assegurar privilégios contra uma população em geral cada vez mais recalcitrante.

Política

Começamos por focar a absoluta continuidade com que a classe dominante do mundo ocidental traduziu o evento COVID-19 em mais uma arma na luta que vem travando neste século contra a insatisfação crescente dos eleitores. O apoio aos confinamentos se tornou parte integrante do *establishment* esquerdista americano (isto é, o Partido Democrata), assim como a crença no aborto, o aquecimento global, as fronteiras abertas, e a censura de qualquer coisa que eles chamem de “discurso de ódio.” Para compreender tal coisa, é preciso notar que as campanhas da classe dirigente em relação à saúde pública, ao aquecimento global, à raça, aos direitos das mulheres, aos homossexuais, às micro agressões, aos palestinos, etc, etc, têm muito menos a ver com qualquer desses assuntos do que com a obtenção de mais poder ainda para si mesmo.

Interseccionalidade

Notamos que a linguagem e as atitudes com as quais a classe dirigente exagerou a questão sanitária do COVID foram incorporadas às identidades dos múltiplos componentes do seu eleitorado, de modo a reforçar as velhas demandas de cada um. A velocidade – a naturalidade – com que os ativistas do Black Lives Matter, do feminismo, do aquecimento global, prestaram apoio a toda espécie de restrições sócio-econômicas sob o pretexto de proteger vidas contra o COVID, como se fosse sua própria causa, é mais uma manifestação prática da recente teoria esquerdista da “interseccionalidade.” Ao mesmo tempo que incendiavam edifícios, os ativistas do Black Lives Matter usam máscaras para (supostamente) demonstrar compromisso com a responsabilidade social pela saúde pública. Não por acaso, eles também se [gabam](#) de estarem comprometidos com a sexualidade LGBTQ, com o aborto e contra a família nuclear. Algo semelhante se observa no apoio de cada componente a cada um dos outros.

Da mesma forma, cada colégio eleitoral da classe dirigente, apesar da disparidade de foco, já adotou como própria a exigência de que o voto nas eleições americanas tem que ser doravante “de casa”, com cédulas recolhidas ou “coletadas” por terceiros. Isto deslocaria o poder eleitoral daqueles que votam para aqueles que processam e contam os votos – ou seja, eles mesmos. E portanto libertaria a classe dirigente inteira dos eleitores.

Cada sub-eleitorado traduz a acusação em seu próprio idioma. Nos EUA, acusações de racismo são a forma mais baixa (e mais comum) de bajulação política e intimidação. Já que assegurar 90% dos votos dos negros é condição *sine qua non* para o sucesso eleitoral do Partido Democrata, ninguém se surpreendeu com o que o *New York Times* (seguido pelo resto da grande mídia) [escreveu](#): que o fato do COVID ter atingido os afro-americanos numa proporção maior do que as outras raças *prova* que a sociedade americana os despreza e deve ser reformada.

Só que o *Times*, a CNN e os outros sabem que isto é mentira; que, independentemente da raça, as complicações do COVID estão de mãos dadas com a obesidade, com o diabetes tipo 2 e assim por diante. *E sabem muito bem que são justamente os afro-americanos que exibem*

estas mesmas doenças em maior proporção do que as outras raças, e que estas doenças têm mais a ver com as calorias de agora do que com a escravidão de dois séculos atrás.

O evento COVID também transformou a máscara numa insígnia física de identidade tribal, comum a todos os sub-eleitorados. Agora, usar máscara serve para distinguir publicamente os virtuosos e execrar os execráveis. O governador democrata da Carolina do Norte, Roy Cooper, [afirmou](#) que “cobrir o rosto é sinal de força e compaixão pelos outros” e que “pelo uso da máscara você demonstra se importar com a saúde das outras pessoas.” No mesmo dia, Andrew Cuomo, governador de Nova Iorque, [colocou a coisa](#) deste modo: “Agora é legal usar máscara, eu acho que é legal... é oficial: usar máscara é legal.”

Anthony Fauci, que em março tinha [dito](#) no *60 Minutos* “não haver motivo para ficar andando por aí de máscara,” em maio emitiu seu [julgamento](#) científico: as máscaras são “um símbolo para que as pessoas vejam que tipo de coisa devem fazer.” Mas admitiu que elas “não são 100% eficazes.” Seria difícil ele dizer outra coisa, já que o *New England Journal of Medicine* tinha [declarado](#): “o uso de máscaras fora das instalações de saúde oferece [a quem usa] pouca (ou nenhuma) proteção contra infecções,” e é irrelevante para os outros nos casos de contato casual. Ela se tornou de tal modo um símbolo da identidade interseccional que, enquanto os rebeldes botavam fogo em Minneapolis com permissão do prefeito democrata da cidade, ele [insistia](#) que usassem máscaras para executar o serviço.

Resumindo: os confinamentos foram perpetuados e prorrogados por pessoas mais preocupadas com a sua obediência do que com a sua saúde.

Regime do Medo

A questão é aumentar as chances do Partido Democrata na eleição de 2020.

A eleição americana de 2016 colocou a classe dirigente diante da possibilidade de que os enormes poderes da presidência fossem usados para dismantlar sua rede de prestígios e privilégios. O público finalmente está começando a entender até que ponto a fauna de burocratas e aliados empregou seus poderes para tentar vencer o desafio de 2016, e depois instituir o equivalente sócio-político da “marcação de quadra inteira” do basquete, tratando absolutamente tudo na administração Trump como ilegítimo, abrindo investigações oficiais não para obter informações mas como pretextos para espalhar calúnias através dos amigos na grande mídia. Tentaram prender Trump em armadilhas de perjúrio. Flertaram com a idéia de forçá-lo a emitir declarações que pudessem usar como bases para removê-lo do cargo. Mas a economia americana prosperou como nunca. Cresceu a taxa de aprovação de Trump. Quando 2020 surgiu no horizonte e a reeleição de Trump parecia canja, o Partido Democrata et al. estavam topando qualquer negócio para pegá-lo.

Quando o COVID deu as caras, já tinha passado pelas mentes da classe dirigente usá-lo. Não foi necessária e nem possível nenhuma conspiração. O sentimento partidário existente e a semelhança de opiniões foram suficientes para produzir a unanimidade e a uniformidade com as quais a classe dirigente usou o evento do COVID-19 para fabricar, atizar e manter o

medo, para energizar as intenções do eleitorado em busca do poder.

Em janeiro de 2017, o Dr. Anthony Fauci fez um pronunciamento na Universidade de Georgetown e [disse](#) não ter dúvidas de que a administração Trump enfrentaria um “surto surpresa” de “doenças contagiosas.” Poucos dias antes, o jornal *The Atlantic* tinha [publicado](#) um artigo intitulado “Como uma Pandemia se Desenrolaria com Trump,” que não escondia o desejo de que o jeito de Trump lidar com um evento assim abalasse a sua presidência. Antes ainda, o professor da NYU Arthur Caplan tinha [publicado](#) um artigo mais ou menos na mesma linha: “O Fim da Civilização e o Verdadeiro Donald Trump.” Em resumo, transformar em arma um evento de saúde pública já tinha ocorrido às cabeças ambiciosas.

A perspectiva de confinar o país inteiro para, teoricamente, salvá-lo do COVID-19 proporcionou um quase monopólio das comunicações. Os comícios do Trump foram cancelados. Pior: igrejas foram fechadas, além de incontáveis reuniões de clubes, empresas e amigos, que são o sangue do que se pode chamar de vida interiorana. E as pessoas nem podem se reunir para fins políticos: as restrições impostas pelo governador da Carolina do Norte à Convenção Nacional Republicana tornaram sua realização impossível naquele estado.

Sem contatos face a face, a televisão se transformou no principal meio através do qual a comunicação se realizou. Mas era comunicação em apenas um sentido: a programação e os anunciantes – imediatamente – começaram a contar às pessoas as maravilhas da obediência: “Estamos todos juntos nisto,” “Isolados juntos.”

Tem o fedor de Orwell. As empresas cujos anúncios pagam por isto são nomes familiares: Adidas, Amazon, Airbnb, American Express, Bank of America, BMW, Burger King, Citigroup, Coca Cola, DHL, Disney, eBay, General Motors, Goldman Sachs, Google, IBM, Mastercard, McDonald’s, Microsoft, Netflix, Nike, Pfizer, Procter & Gamble, Sony, Starbucks, Twitter, Verizon, Walmart, Warner Brothers e YouTube. A classe dirigente.

Guiada pela política da identidade partidária, a classe dirigente usou o evento do COVID-19 para dismantelar a vida americana.

Um olhar de relance é suficiente para revelar a monstrosidade perversa que eles criaram.

Uma vez que os confinamentos fecharam a maior parte dos restaurantes e hotéis, onde cerca de metade das calorias nacionais são consumidas, a demanda por comida se modificou de maneira a tornar impossível para as cadeias de distribuição e indústrias de processamento se adaptarem sem percalços – principalmente depois que o governo limitou as operações e pagou para os funcionários faltarem por motivo de saúde. Milhões de litros de leite foram para o ralo, milhões de frangos, bilhões de ovos e dezenas de milhares de porcos e cabeças de gado foram destruídos, acres de verduras e toneladas de frutas triturados. Os frutos das videiras foram arrancados. Essa alocação bagunçada, junto com o desperdício de comida, resultou em escassez. Subiram os preços nos mercados. Carne e ovos foram racionados em alguns lugares. As pessoas desempregadas têm menos dinheiro para arcar com esses preços, e sofrem para alimentar suas famílias. Isto reduziu inúmeros cidadãos auto-suficientes a

mendigos em bancos de alimentos.

Quem, exceto aprendizes de bruxos brandindo poderes governamentais, pode produzir excesso e carência ao mesmo tempo? Taí uma especialidade. Ao reduzir de propósito o suprimento de comida disponível à população, o governo americano entrou para o exclusivo clube de uma União Soviética de Stalin e de uma Cuba de Castro.

Mas nenhuma pessoa sensata alguma vez imaginou a paralisação quase total, exceção feita a uma única doença, do sistema de saúde de uma nação inteira. O governo americano fez isto, e com a recomendação dos seus melhores especialistas. Entre meados de março e julho, os hospitais ficaram praticamente vazios, depois de limparem as mesas à espera (ignorante) da inundação de COVID. Dado que os pacientes foram desencorajados ou impedidos de aparecer por outros motivos, médicos e enfermeiras ficaram na ociosidade. Não foram poucos os colocados de licença. Os pronto-socorros foram fechados para a maior parte dos pacientes – o pessoal mais pobre que geralmente vai ali à procura de atendimento. Consultórios e clínicas privadas – onde a maior parte dos americanos obtém cuidados médicos – foram praticamente fechados. Muitos nunca mais reabrirão. E pode esquecer os dentistas. O que isto significa é que boa parte dos americanos foi deixada essencialmente sem tratamento médico pela terça parte de um ano.

Exames perdidos, doenças não diagnosticadas, tratamentos cancelados ou adiados. Já que os problemas com os corpos humanos não tiraram as correspondentes férias, é impossível estimar a extensão do sofrimento e do número de mortes que esta ausência de cuidados médicos já causou e ainda vai causar – tudo isto acontecendo com a ajuda do governo americano. Autoridades que alegam ser mais espertos do que pedimos – e dizem que é para o nosso próprio bem.

Mais de quarenta milhões de americanos já entraram com pedidos de auxílio-desemprego desde o início das paralisações. A isto temos de acrescentar dezenas de milhões de proprietários de pequenas empresas, forçados a fechar ou reduzir radicalmente a atividade – o número exato ainda é desconhecido. E acrescentar também os incontáveis milhões de afetados indiretamente – fazendeiros, profissionais – porque tiveram seus produtos e atividades desvalorizados pelas paralisações. Imagine milhões de carreiras arruinadas, sonhos despedaçados após vidas inteiras de trabalho, e veja se encontra palavras para descrever: Catástrofe? Tragédia? Uma coisa é certa: foi produzida pelo homem.

Os especialistas que se empenharam para isto acontecer estigmatizaram, tentaram silenciar e na prática criminalizaram as vozes discordantes como se fossem insalubres e racistas (é claro). Mas não há nenhuma evidência – zero – de que alguma dessas medidas acima tenha aumentado a expectativa de vida de alguém, e há uma montanha do contrário. Eles prejudicaram os EUA. Mas por que? E *cui bono*?

Poder

Tudo que está descrito acima serviu aos amplos interesses da classe dirigente em seu próprio poder. Será que há alguma categoria de pessoas que foram beneficiadas pelas paralisações? O governo foi. Não sabemos de nenhum funcionário público federal, estadual ou municipal que tenha sido posto em licença ou tenha tido seus vencimentos reduzidos. Ao contrário, todos ganharam mais poder. O governo federal imprimiu trilhões de dólares, cuja distribuição está enriquecendo os suspeitos de sempre envolvidos com a administração. Os sindicatos de professores aumentaram seu poder de extorquir privilégios em troca de reabrir escolas. Dentre eles, restrições às escolas independentes[3] ou eliminação delas.

E enquanto o comércio pequeno foi estrangulado, os grandes cresceram. O maior deles, a Amazon, foi o grande vencedor. A grande mídia, sem restrições e a serviço dos poderosos, exerceu ela mesma um poder sem precedentes. As plataformas de redes sociais endossaram o golpe censurando os que divergiam da “linha” dos seus próprios burocratas e executivos mais agressivos. Vá ver se o Google lhe fornece os números de mortes por COVID e como elas são computadas. O YouTube apagou (alegando desinformação perigosa) um vídeo (depois que viralizou) de dois médicos que chamavam a atenção para a verdade sobre a real letalidade do COVID-19. O Twitter anexou uma nota à objeção do presidente Trump aos votos por e-mail (por facilitarem a fraude), chamando-a de mentira.

Proibir de brincar no parque ou de nadar na praia são meras estratégias para treinar a população a aceitar sem limites as decisões burocráticas. Reunir-se no Costco pode, mas na igreja não. Os cidadãos comuns que não obedecem às normas vão parar na cadeia, ao mesmo tempo em que as cadeias soltam ladrões e pedófilos. Exceder os limites de lotação, ou deixar de usar máscara, não pode. Não pode nem mesmo [cantar na igreja](#). Mas se você e os seus amigos queimarem e pilharem a loja do vizinho, a polícia vai ficar só olhando. Além disto, todos os governadores democratas [celebraram](#) os “protestos” em massa, e alguns até se juntaram a eles – sem máscaras e distanciamento social. Fizeram isso não por causa da saúde de ninguém, mas para conseguir para o partido mais alguns pontos percentuais nos votos dos negros e para usar as forças policiais como alavanca da tomada de poder.

Esperam que acreditemos que tudo isso é ditado pela “ciência.” Em junho, 1200 “especialistas em saúde” assinaram uma [carta](#) aprovando os protestos do BLM porque, segundo eles, “a supremacia branca é um tema fatal de saúde pública.” Mas avisaram que “isto não deve ser confundido com uma postura permissiva em relação... aos protestos contra as ordens para ficar em casa.” Em resumo, *as restrições do coronavírus, assim como os outros mandamentos do politicamente correto, são um arsenal puramente político – nada menos que uma inversão das prioridades da população americana, executada sem o voto de ninguém. Presunção da classe dirigente.* Em resumo, *estamos presenciando um golpe de estado.*

Declarar emergências como desculpa para obter “poderes totais” é manobra das mais antigas. Ninguém lembra o [fogo no Reichstag](#)? A perspectiva de coisas desse gênero acontecerem nos EUA já vinha crescendo junto com a classe dirigente e o “Estado administrativo”[4]. O seqüestro arbitrário de poder por parte das autoridades, em nome do

que dizem os especialistas, é o golpe mais mortal em nosso estilo de vida. A suspensão de leis e direitos, trocando-os por regras arbitrárias de comportamento, tem sido em geral coisa de governos municipais e estaduais controlados por democratas. Mas o comando veio de uma burocracia federal controlada pelos democratas, foi autorizado por um presidente eleito como republicano, e contou com o silêncio complacente da maioria dos políticos republicanos.

A classe dirigente obteve ganhos de poder e dinheiro às custas do homem comum do interior, e dependeu para isto da supressão da verdade.

Um exemplo patente de mentira oficial imposta pela força é a campanha política da classe dirigente contra o remédio hidroxiquina. O presidente Trump indicou o fato de que este tratamento padrão para a malária (há mais de meio século) é eficaz contra a doença COVID em suas fases inicial e intermediária. Esta verdade foi descoberta acidentalmente e confirmada através de estudos e uso clínico na França, na Espanha, na Índia e na Coreia do Sul. Em abril, os médicos americanos começaram a prescrevê-lo em larga escala, relataram bons resultados, e tomaram eles mesmos profilaticamente. A elite dirigente achou isto intolerável porque contradizia a narrativa de que nada poderia evitar que o céu desabasse, mas acima de tudo porque o sucesso do remédio iria render pontos positivos para Trump. Assim sendo, ela se pôs a remover da consciência pública a verdade sobre remédios, substituindo-a por sua própria narrativa.

A máquina da elite dirigente começou por rotular de “[anedóticos](#)” os relatos de sucesso do remédio. Depois, a Secretaria dos Veteranos administrou doses baixas da droga para 380 pacientes idosos que estavam morrendo de/com COVID. Todos os grandes meios de comunicação brandiram suas mortes como prova da ineficácia e do risco do remédio. No dia 22 de maio, o *Lancet*, que dizem ser a revista médica com maior autoridade, [publicou](#) uma “análise” da maior base dados médica, alegando que ela mostrava em definitivo que a hidroxiquina é ineficaz, contraproducente e perigosa. A escola de medicina de Yale concluiu oficialmente que a droga [não presta](#), apesar de seu próprio professor de epidemiologia, Harvey Risch, [mostrar o contrário](#) num estudo. O grande Anthony Fauci, que tinha dito (sob pressão) que tomaria o remédio se ficasse doente com COVID, [apoiou](#) então a narrativa política: afirmou, com um gracejo, que não havia ainda tratamento para os males do COVID. A Secretaria de Medicamentos e Alimentos (FDA) interrompeu os testes clínicos, as agências farmacêuticas rejeitaram pedidos de médicos e revendedores, e os hospitais em todo o país exigiram que seus médicos parassem de tratar os pacientes com o remédio.

Acontece, porém, que a base de dados do estudo do *Lancet* fazia parte de uma operação clandestina e estritamente política; os detalhes são literalmente inacreditáveis – por exemplo, o número de mortes por hidroxiquina em um hospital australiano era maior do que o número total de mortes em todo o país. Para resumir, o artigo foi outro ataque profissionalmente insustentável. O *New York Times* [noticiou](#) que “mais de 100 cientistas e médicos questionaram a autenticidade” da base de dados e a integridade do estudo. Com a humilhação, o *Lancet* recolheu o artigo.

Mas era tarde demais. Fauci e o *establishment* médico não se desculparam. Para a mídia e

para os que só lêem manchetes, era caso encerrado. A mentira pegou. Depois, em primeiro de julho, o hospital Henry Ford, em Michigan, [publicou](#) um estudo mostrando que a hidroxicloroquina reduzia significativamente a mortalidade mesmo nos estágios mais avançados do COVID. Novamente a classe dirigente ignorou os fatos. Para lembrar: todas as notícias da grande mídia sobre o COVID têm a ver com saúde apenas *en passant*. Tenha muito medo.

Tampouco tem a ver o COVID com qualquer emergência – exceção feita, talvez, à eleição de 2020. Os políticos democratas e a abundante publicidade estatal na TV já não deixam dúvidas de que o objetivo da classe dirigente é estabelecer um “novo normal”, estendendo até um futuro indefinido os poderes pelos quais as burocracias eclipsaram as leis e o estilo de vida americanos.

As autoridades, porém, ao brincarem tão abertamente com a verdade, descreditaram-se a si mesmos e perderam autoridade. Cada vez menos gente crê naquilo que ouve do alto. Assim como os russos aprenderam sob o regime comunista, a verdade geralmente é o oposto. Sempre que o governo divulgava colheitas abundantes, eles estocavam batatas.

Omissão e Conseqüências

Para sermos imparciais, temos que notar que, independentemente de tudo que a esquerda americana fez; de todas as suas esperanças; de todos os seus planos; de toda a coordenação, *aquilo que realmente aconteceu aos Estados Unidos como conseqüência do COVID não poderia ter acontecido se o presidente Donald Trump, grande parte do Partido Republicano e as lideranças religiosas não tivessem contribuído para que acontecesse.*

Dito de outro modo: a classe dirigente governa por magnitude e sedução, bem como por intimidação. Não correu para impor as paralisações, e nem mesmo fez grande caso do COVID. Suas divisões e seus personagens não se comprometeram até que tivessem convencido o presidente Trump a dar-lhes o benefício da dúvida, sem o qual seriam expostos a retaliação oficial e popular por causarem tanta dor em tanta gente.

O presidente Donald Trump, tendo proibido vãos da China em 31 de janeiro e da Europa em 12 de março, vinha controlando a opinião pública e mostrando evidências do COVID não ser catastrófico. Foi acusado de xenofobia. Porém, quando o vírus se alastrou pelos EUA, a oposição passou a culpá-lo de não fazer nada diante de uma calamidade. Para rebater isso, bastaria permanecer na verdade e atacar a mentira central de que o COVID é uma calamidade, chamando de mentirosos os seus propagadores. Como os especialistas tinham se enganado muitas e muitas vezes, isto era factível.

Mas em 15 de março Trump pediu a paralisação do país por quinze dias para diminuir o avanço da doença – para achatar a curva. Então em 31 de março o *New York Times* cacarejou com ar de vitória que na semana anterior o presidente Trump tinha sido forçado a [abandonar a meta de restaurar a vida normal antes da Páscoa](#): “Os números mostrados pelas autoridades de saúde ao presidente Trump foram avassaladores. Com o pico da pandemia do

coronavírus ainda semanas à frente, disseram-lhe, centenas de milhares de americanos podem morrer se o país voltar a funcionar cedo demais.” Além disso, pesquisas de opinião que colocavam a escolha nestes mesmos termos ajudaram a produzir um outro quadro numérico. [Escreveu](#) o Times: disseram a ele que “os eleitores preferiam maciçamente que as medidas de contenção fossem mantidas, em vez de mandar as pessoas de volta ao trabalho prematuramente.” Trump se deixou amedrontar, abrigando-se politicamente sob as asas do Dr. Anthony Fauci e do CDC, imaginando assim estar guardado por profissionais.

Trump acreditou que Fauci iria cooperar com o plano de reabertura, e contou que o Partido Democrata gostaria de dividir o crédito por distribuir quase um trilhão de dólares em auxílio às pessoas privadas de meios de subsistência pelos confinamentos.

Entretanto, uma vez que Trump abandonou a verdade, ele entregou o controle e entrou num beco político sem saída. Trump estava dando crédito à aliança entre o Partido Democrata, Fauci et al., a imprensa e um bando de aproveitadores justamente quando eles o desacreditavam de todas as maneiras possíveis. Eles o tinham onde queriam. Enquanto os confinamentos sufocavam os EUA, eles usavam as vantagens políticas para acrescentar mais exigências. Miravam sua morte política, além de transformações econômicas, sociais e políticas.

As orientações para “[Abrir a América Novamente](#)”, que Trump revelou em 17 de abril, foram o resultado desse desequilíbrio nos créditos políticos e nas vantagens. Longe de devolver o país aonde estava antes, o processo “guiado por dados” que eles criaram e que foi escrito pelo CDC de Fauci garantiria que as autoridades estaduais e municipais (se quisessem) teriam agora cobertura pseudo-legal e federal para manter ou re-impor quaisquer restrições arbitrárias sobre adversários dos quais quisessem se livrar, usando quaisquer dados que pudessem manipular para este fim.

As orientações “aconselham” (ou seja, “ordenam”, para as autoridades que assim o desejarem) abrir apenas com uma porcentagem da capacidade, e com restrições – i.e. nada de cantar nas igrejas – que contrariam sua razão de existir. Mas as igrejas e os pequenos comércios não sobrevivem abaixo da capacidade máxima. As escolas ficam contraproducentes quando não dedicam a máxima concentração nas coisas a serem aprendidas. Em resumo, as orientações são uma sanção federal ao estrangulamento dos setores mais importantes dos EUA.

Pode-se dizer que o legado mais perigoso das orientações é a recomendação/exigência de que os governos certifiquem se as pessoas estão em estado “seguro” para trabalhar e sair em público por meio de rastreamento e isolamento das pessoas contaminadas com o vírus – ou assim descritas. Isto envolve a contratação de centenas de milhares de pessoas que vão assegurar o cumprimento de normas relativas ao comportamento pessoal – na prática uma “polícia do estilo de vida” – com poderes ao menos para declarar qualquer um como sendo “cl clinicamente intocável.”

Os governadores do Michigan e da Califórnia (não há divergência entre os figurões do Partido Democrata) já definiram que “racismo” é um grave problema de saúde. Será que

alguém duvida que essas políticas estarão menos preocupadas com saúde (do jeito que as pessoas comuns entendem) do que com a imposição da vontade dos caciques sobre seus adversários políticos? Assim, sem lei nem julgamento, qualquer um pode ser tirado peremptoriamente do cargo, da empresa ou da família, retornando apenas mediante ação judicial – com a qual a maioria das pessoas não pode arcar.

Se esta prática fosse adotada em âmbito nacional, seria o pivô de um “novo normal.” Em maio o prefeito de Nova Iorque já tinha comissionado centenas de membros de gangues e criminosos (supõe-se que não o sejam mais), pagando para circularem em meio à população em geral para “incentivar” – ou devemos dizer intimidar? – o cumprimento das ordens do prefeito. Ele ofereceu também recompensas para quem denunciasse vizinhos violando as ordens. Trata-se do início de um policiamento partidário explícito, mais parecido com o que acontece na China do que nos EUA em que crescemos. Não é por acaso que a OMS – um braço do governo chinês – recomendou formalmente que as nações “mantenham ativa vigilância e rastreio de suas populações.” Podemos supor que, quando o próximo vírus chegar, os poderes arbitrários da classe dirigente vão botar a fivela no furo seguinte do cinto.

Anthony Fauci, cuja reputação não resiste a nenhum tipo de escrutínio, infelizmente retém a capacidade de enganar porque ainda ninguém que possua uma audiência nacional fez esse escrutínio.

Tudo isto, devemos frisar, acontece porque a complacência do presidente Trump com as falsificações da classe dirigente sobre o vírus impediu que o alto escalão federal confirmasse as verdades que invalidam as mentiras e pretextos do golpe COVID. Se ele foi complacente *contre cœur* não vem ao caso. Sob pressão, Trump se agarrou às falsificações, como no dia 22 de abril, depois que o governador republicano da Geórgia, Brian Kemp, que tinha discordado dos confinamentos, anunciou que iria suspendê-los em seu estado. Trump [repreendeu-o](#) duramente em público, encorajando a mídia a entrar numa orgia de acusações de que Kemp estava transformando a Geórgia num campo de extermínio. O fato é que a Geórgia ficou saudável. Mas não fez diferença.

A maior e mais significativa omissão, porém, tem sido a das igrejas cristãs – todas elas – em toda a sua hierarquia de sacerdotes, pastores e ministros. A condescendência desses sujeitos com os confinamentos deixou de lado uma verdade muito mais importante para a dignidade humana do que qualquer coisa relativa a enfermidades físicas – aquela verdade que põe todo o poder humano na perspectiva correta, a verdade sobre a qual repousa a nossa própria civilização: nenhum poder humano pode inventar verdade ou mentira, certo ou errado, assim como não podemos inventar a nós mesmos; estamos obrigados, portanto, a “dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.”

As comunidades judaicas caíram na mesma covardia.

Quando as igrejas concordaram em suspender os cultos públicos e a distribuição de sacramentos, elas também contrariaram os próprios deveres. Até 2020, o clero cristão sempre se sentiu obrigado não somente a oferecer cultos públicos para todos, mas a visitar os doentes e a levar os sacramentos aos moribundos, especialmente em locais onde as vítimas

de pestes estão entre a vida e a morte – independentemente das conseqüências. Como a submissão aos ditames seculares de comportamento da comunidade (até mesmo dentro da igreja) não se justifica em termos cristãos, ela jamais passou pela cabeça das gerações anteriores de homens da Igreja.

Se esta geração de líderes religiosos tivesse simplesmente praticado a fé, mesmo que apenas ficando em silêncio a respeito das alegações da classe dirigente sobre o COVID-19 em vez de endossá-las de maneira ignorante e submissa, ela teria preservado sua reputação intelectual e moral e poderia ajudar a população em geral a lidar com a percepção crescente de que tinha sido ludibriada. Ao contrário, escolheram a cumplicidade com os Césares xingling. Assim sendo, enquanto os americanos encaram o fato amargo de ser lesados por menos que nada, as igrejas para todos os efeitos já não se qualificam mais como árbitros da verdade.

Verdade e clareza com relação ao que a história registrará como o golpe COVID de 2020 são condições necessárias para o povo americano superar seus efeitos. Para começar a superar esses efeitos é preciso desacreditar os pretextos e as reputações daqueles que os empregaram.

Quem Nos Conduzirá?

Não há um grande suprimento de lideranças intransigentes. Pouquíssimas pessoas proeminentes resistiram à pressão de se juntar à narrativa COVID da classe dirigente. Mas tão ansiosos os americanos estão pela verdade sobre o que aconteceu e está acontecendo; tão essencialmente frágeis são as mentiras sobre as quais a fraude se baseou, e tão abundantes os recursos para restabelecer a verdade; tanta fome os americanos têm de exemplos de sucesso na oposição à fraude, que podem ser suficientes alguns poucos líderes corajosos em posições-chave.

O que segue é um esboço de como o Senado dos EUA pode funcionar como uma comissão da verdade sobre os diversos aspectos do golpe COVID, e de como aqueles governadores de estado que assim o desejarem podem se apresentar como lideranças práticas na motivação, orientação, e legitimação de uma vida independente da nossa desequilibrada classe dirigente.

Com relação a esses últimos, notamos que os estados e municípios governados por democratas diferem na maneira de lidar com o evento COVID em comparação com aqueles governados por republicanos, como se fossem regimes, países ou mesmo civilizações estranhos uns aos outros. É mais uma evidência de que a sociedade americana se rompeu em pedaços incompatíveis, e de que talvez uma guerra civil só possa ser evitada pela tolerância recíproca à separação. Voltaremos ao tema mais abaixo.

Comissão da Verdade

No passado, quando a má conduta de pessoas importantes confundiu e dividiu os

americanos, alguns sábios senadores convocaram audiências públicas com aqueles envolvidos nas controvérsias, *puseram-nos sob juramento e portanto sob pena de perjúrio*, e restabeleceram a verdade (quase sempre desconfortável) sobre a qual o país se uniu. Em 1948 as audiências do senador Richard Nixon (R-CA) mostraram acima de qualquer suspeita o quanto a inteligência soviética tinha penetrado no governo. Entre 1951 e 1957, o senador Estes Kefauver (D-TN) expôs e assim desmontou o controle mafioso do movimento trabalhista nos EUA. Em 1974, as audiências do senador Sam Ervin (D-NC) não deixaram dúvida alguma sobre o papel do presidente Nixon no caso Watergate. Hoje, sendo a fraude COVID baseada em mentiras e distorções de inúmeras pessoas importantes, um testemunho público rigoroso e sob juramento pode expô-las e expor os que as propagaram.

No Senado, devido às jurisdições e aos presidentes particularmente capazes, o Comitê para Segurança e Supervisão Doméstica, o Comitê de Saúde, Educação e Trabalho, o Comitê de Finanças e a Comissão de Justiça, todos podem iluminar aspectos específicos do problema.

O Comitê de Assuntos Governamentais, do senador Ron Johnson (R-WI), pela supervisão que exerce sobre o CDC, pode esclarecer muitas coisas: por exemplo, que influência tiveram as relações deste com os laboratórios da China, com a OMS e com o próprio governo chinês na maneira do governo americano lidar com o COVID? Sabendo que o CDC adquiriu enormes poderes sobre a vida americana, o comitê pode perguntar o quanto de conhecimento especializado ele dedicou à tarefa. Como é que ele justifica a própria alegação de fazer uma administração científica? O comitê também pode auditar o CDC para saber o quanto o gasto de tempo e dinheiro com uma variedade de assuntos políticos e sem nada que ver com saúde afetou sua prontidão para lidar com o aparecimento recorrente de vírus vindos de lugares exóticos.

O subcomitê para a Supervisão e Administração Emergencial, presidido pelo senador Rand Paul (R-KY), ele próprio médico, está bem posicionado para descobrir quem sabia sobre o vírus COVID-19, o que sabia, quando soube, quem divulgou o quê para o público, e sob qual pretexto. O público já percebeu, consternado, as discrepâncias e as contradições de supostos especialistas sobre o COVID-19; o Dr. Anthony Fauci é o mais notável deles.

Uma hora esses especialistas disseram que o vírus representava um risco muito pequeno, outra hora que era uma ameaça mortal para todos; uma hora as máscaras eram inúteis, outra hora eram essenciais. Baseado nessas várias declarações, centenas de milhões de vidas foram arruinadas, e milhões continuam se arrastando sob “orientações” que de cara não fazem o menor sentido. Um interrogatório preciso, sob juramento e diante das câmeras, permitirá ao povo americano julgar por conta própria que sentido elas têm. Os especialistas terão de revelar qual conhecimento médico levou-os a estigmatizar jovens relativamente imunes ao COVID por irem à praia e ao mesmo tempo não se opor a um número muito maior de negros (com risco mais elevado) causando desordem nas ruas.

A jurisdição do Comitê de Finanças, do senador Charles Grassley (R-IA) cobre auxílio-desemprego, serviços sociais e Medicare/Medicaid[5]. Dado que o evento COVID levou cerca de 40 milhões de pessoas a pedir auxílio-desemprego, onerou além dos padrões usuais toda espécie de serviços públicos, e bagunçou o setor de alimentos de modo a prejudicar a saúde e

sugerir um possível tabelamento de preços, este comitê está bem posicionado para desvendar as relações de causa e efeito entre as restrições impostas pelos governos e os problemas que surgiram. Grassley, um dos melhores investigadores do Senado, pode exibir categorias e indivíduos prejudicados pelos confinamentos e pedir aos governadores que comparem o dano causado com o benefício alegado. Quem me fez perder o emprego? Quem destruiu meu negócio? O que eu faço para reconstruir o que perdi? Estas são questões que o comitê pode colocar para as autoridades em nome do povo americano. Grassley e o democrata de auto-escalão Ron Wyden (D-OR) também podem usar o conhecimento que sua equipe tem dos asilos para investigar como as políticas governamentais causaram o holocausto que se abateu sobre eles com o COVID-19.

Por todo o país há pais que se perguntam com base em quê o ano letivo 2019-2020 foi cortado ao meio, e com base em quê o ano 2020-2021 foi comprometido. O senador Rand Paul, presidente do Subcomitê para as Crianças e Famílias, pode colocar formalmente questões como essas para as autoridades que deram a ordem, confrontar os riscos projetados com a realidade, e compará-los com os resultados em termos de educação perdida e perturbações sociais.

Os americanos querem saber com que direito os governadores e prefeitos colocaram essencialmente as pessoas em prisão domiciliar sem o devido processo legal, e prenderam-nas por atividades como brincar no parque ou passear de canoa no mar; com que direito cancelaram todos os cultos religiosos, etc. Que mais o governo pode fazer em violação à Carta dos Direitos? De acordo com a Constituição dos EUA, quais são os limites para as obrigações e direitos do cidadão? Eis algumas questões com as quais o senador Ted Cruz (R-TX) pode confrontar as autoridades federais, estaduais e municipais convocadas para comparecer ao Subcomitê de Constituição e Justiça. Cruz também pode convocar as autoridades da Secretaria de Direitos Civis do Ministério da Justiça e perguntar porque não trataram a negação (por parte de autoridades estaduais e municipais) do livre exercício da religião e da livre reunião como violações da Primeira Emenda. Que espécie de entendimento elas têm dos direitos civis?

O povo americano tem interesse em saber o quanto a mentalidade das autoridades de hoje está mudando o sentido prático das palavras da Constituição. Dado que as autoridades governamentais mudaram o significado do acordo básico entre o povo e o Estado, Cruz pode muito bem perguntar: o que é que ainda resta da obrigação do povo obedecer ao governo?

Liderança Exemplar

Mostrar publicamente o contraste entre as idéias, atos e conseqüências das autoridades e profissionais que transformaram o evento COVID numa tragédia com aqueles das autoridades e profissionais que caminharam na direção oposta não seria o menor dos resultados benéficos de audiências sérias. A maioria dos americanos não sabe, mas deveria saber, que vários estados americanos não foram paralisados, enquanto outros reduziram as atividades em grau muito menor do que Califórnia e Nova Iorque. As autoridades desses estados, assim como o governo da Suécia, em nenhum momento viram motivo para crer que

o COVID era a peste negra e acreditaram que o mero exercício individual da responsabilidade é a garantia mais certa de segurança para todos.

Mas as diferenças entre o que se passou na Califórnia, na Flórida, em Nova Jérsei e em Dakota do Sul não falam por si mesmas. E é por isto que o público se beneficiaria ao ver os governadores desses estados defendendo as diferentes perspectivas sobre o COVID e os respectivos resultados.

Perspectiva

Deve estar claro que o evento COVID nos EUA só tangencialmente diz respeito à saúde. Essencialmente é uma campanha política feita com a desculpa de saúde. O mero exame das notícias do exterior é suficiente para ver que isto é assim por todo o mundo ocidental. Onde quer se olhe, a campanha do governo e das elites associadas asfixiou a atividade social e econômica. Não menos asfixiada (e não por acaso) ficou a oposição política que num crescente vinha cercando os tais governos e elites por todo o ocidente.

Na década anterior as várias falhas e inadequações desses governos e elites, do chamado “homem de Davos”, se transformaram no principal assunto da discussão pública. No mínimo a campanha COVID deslocou o assunto para a segurança física e a sobrevivência econômica. O homem de Davos, usando o poder coercitivo do Estado, impôs mais controle do que em tempos de guerra, protegendo a sua própria classe por meio de um discurso em nome da “ciência”, feito para excluir qualquer contra-argumento.

Nos EUA e alhures não há dúvida de quais setores da sociedade estavam de cada lado, quem eram os protagonistas da campanha, vencedores e perdedores. De um lado estavam os governos, a burocracia, os grandes e antigos partidos políticos, as celebridades, a mídia, o homem de Davos. Do outro estava a classe média e seus representantes “populistas”. Enquanto o verão bania do hemisfério norte os últimos vírus do sistema respiratório, o homem de Davos batalhava para que o máximo possível de restrições fizesse parte de um “novo normal”.

Na Europa e nos EUA o drama COVID não foi senão o último *round* em que se enfrentaram os mesmos protagonistas de sempre. Lá, como aqui, a linguagem e as atitudes com que o homem de Davos denegriu seus ditos inferiores no drama COVID seguiu perfeitamente os padrões prévios da luta mais ampla e de longo prazo. Se ainda houvesse alguma dúvida do COVID-19 ser mais ocasião do que explicação, ela desapareceu em maio, quando, nos dois lados do Atlântico, o homem de Davos parou de passar sermão nas pessoas comuns e em sua civilização e tramou outra campanha para conter os desafiantes ao seu poder.

--

Notas:

[1] Artigo original publicado em 17/julho/2020 na revista American Mind:
<https://americanmind.org/essays/the-covid-coup/>. Tradução de André Carezia.

[2] “A velhice em si é uma doença.” Dito latino atribuído a Terêncio.

[3] No original, “*charter schools*”. São 7000 escolas independentes e que não seguem o currículo comum do ministério da educação.

[4] No original, “*administrative state*”. Termo cunhado pelo cientista político Dwight Waldo em 1948 para descrever um governo técnico em que o executivo também faz as leis e julga, dissolvendo na prática a separação dos três poderes da república.

[5] Medicare/Medicaid são dois sistemas americanos de saúde pública que a grosso modo equivalem ao SUS no Brasil.